



ENTIDADE REGULADORA  
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

# **Deliberação**

**ERC/2016/62(Parecer-R)**

**Parecer relativo à autorização para a transmissão de mensagens no sistema RDS - operador MG - Rádio e Comunicação da Marinha Grande, Lda.**

Lisboa  
23 de março de 2016

## **Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social**

### **Deliberação ERC/2016/62 (Parecer-R)**

**Assunto:** Parecer relativo à autorização para a transmissão de mensagens no sistema RDS - operador MG - Rádio e Comunicação da Marinha Grande, Lda.

#### **1. Pedido**

- 1.1** Em 4 de março de 2016, a ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, por ofício com registo de entrada n.º 2016/772, veio submeter à Entidade Reguladora para a Comunicação Social, doravante ERC, consulta prévia respeitante à transmissão de mensagens através da utilização de radiotexto (RT) do operador, MG - Rádio e Comunicação da Marinha Grande, Lda., nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º272/98, de 2 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º248/2015, de 28 de outubro.
- 1.2** A ANACOM informa que a requerente já possui título de autorização do sistema de transmissão de dados em radiodifusão.
- 1.3** O operador radiofónico, MG - Rádio e Comunicação da Marinha Grande, Lda., registado na ERC sob o n.º 423281, é titular da licença para o exercício da atividade de radiodifusão no concelho da Marinha Grande, desde 22 de maio de 1989, frequência 96,00 MHz, do serviço de programas denominado *Rádio Clube Marinhense*.

#### **2. Análise e fundamentação**

- 2.1** O Decreto-Lei n.º272/98, de 2 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º248/2015, de 28 de outubro, estabelece o regime de instalação e operação do sistema de transmissão de dados em radiodifusão (RDS) pelos operadores de rádio.
- 2.2** O Decreto-Lei n.º248/2015, de 28 de outubro, ao alterar o Decreto-Lei n.º272/98, de 2 de setembro, atribuiu à ERC a competência para a fiscalização da utilização do sistema RDS (n.º 2 do artigo 11.º, al. f) do n.º 1 do artigo 10.º e n.º 2 do artigo 7.º).
- 2.3** É também competência da ERC emitir parecer vinculativo, no prazo de 10 (dez) dias, no caso em que a operação do sistema RDS envolve a transmissão de mensagens através da utilização

de radiotexto e no caso de atribuição do nome do canal de programa, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 3.º e n.ºs 2, 5 e 6 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 272/98, de 2 de setembro, respetivamente.

**2.4** Em 2 de março de 2016, à ANACOM pelo operador radiofónico, supra identificado, foi requerida a utilização de radiotexto (RT), no sistema RDS, pretendendo incluir a seguinte informação:

- [www.rcm.com.pt](http://www.rcm.com.pt);
- Estamos sempre consigo;
- Venha conhecer S. Pedro de Moel;
- Visite o Museu do Vidro;
- A Praia da Vieira espera por si;
- Da Marinha Grande para o mundo: [www.rcm.com.pt](http://www.rcm.com.pt);
- Visite a Marinha Grande;
- Esta é a sua rádio de todos os dias.

**2.5** Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 3.º do mencionado diploma legal, a ERC deve aferir se as mensagens a transmitir através de radiotexto atentam contra a dignidade da pessoa humana ou são contrárias à lei.

**2.6** Analisadas as mensagens pretendidas pela requerente, explanadas no ponto n.º 2.4. desta deliberação, considera-se que as mesmas não atentam contra a dignidade da pessoa humana nem são contrárias à lei.

### **3. Deliberação**

No exercício das competências previstas na alínea c) do n.º 2 e na alínea a) do n.º 3 do artigo 24.º, dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, conjugados com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/98, de 2 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 248/2015, de 28 de outubro, o Conselho Regulador da ERC delibera **dar parecer favorável à transmissão das mensagens através da utilização de radiotexto requerida pelo operador radiofónico, MG - Rádio e Comunicação da Marinha Grande, Lda..**

**Mais delibera, que seja notificada a ANACOM do presente parecer, solicitando-lhe que informe a ERC sobre o teor da decisão do pedido.**

Lisboa, 23 de março de 2016

O Conselho Regulador,

Carlos Magno  
Luísa Roseira  
Rui Gomes